

A PROBLEMÁTICA DAS CLASSES SOCIAIS EM MARX

LA PROBLEMÁTICA DE LAS CLASES SOCIALES EN MARX

THE PROBLEM OF SOCIAL CLASSES IN MARX

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v18i1.66016>

Lucas Bezerra¹

Resumo: Este artigo apresenta uma introdução panorâmica à problemática das classes sociais no pensamento de Karl Marx. Inicialmente, o texto recupera a historicidade do debate sobre classes, situando Marx no interior das discussões mais amplas da teoria social moderna. Em seguida, explora-se a abordagem marxiana das classes sociais, ressaltando sua relação com o modo de produção, as formações sociais, a luta de classes e a teoria da revolução. Por fim, defende-se a atualidade da análise marxiana, dado seu potencial explicativo frente às desigualdades e estruturas de poder no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Classes sociais. Karl Marx. Luta de classes. Modo de produção. Teoria social.

Resumen: Este artículo ofrece una síntesis introductoria sobre el análisis de las clases sociales en la obra de Karl Marx, destacando su relevancia en el estudio de la estratificación social en el capitalismo. A través de un recorrido histórico y una revisión crítica de los conceptos marxianos, el texto aborda la relación entre el modo de producción capitalista y la formación de clases sociales, con un énfasis particular en el concepto de lucha de clases. Además, se exploran las implicaciones políticas y sociales de la teoría marxista, a la luz de los desarrollos históricos y las transformaciones del capitalismo contemporáneo. Este trabajo busca ser una invitación a la reflexión sobre las clases sociales y su impacto en el análisis de las dinámicas de poder y explotación en la sociedad actual.

Palabras clave: Marx. Clases sociales. Lucha de clases. Capitalismo. Teoría social.

Abstract: This article provides an introductory synthesis of the analysis of social classes in Karl Marx's work, emphasizing its relevance in the study of social stratification under capitalism. Through a historical overview and a critical review of Marxist concepts, the text examines the relationship between the capitalist mode of production and the formation of social classes, with particular focus on the concept of class struggle. Additionally, the political and social implications of Marxist theory are explored in light of historical developments and the transformations of contemporary capitalism. This work aims to invite reflection on social classes and their impact on the analysis of power and exploitation dynamics in today's society..

Keywords: Marx. Social classes. Class struggle. Capitalism. Social theory.

Introdução

O tema das classes sociais é, como muitos outros, amplo e controverso. Como defini-las? Como determiná-las? Como investigá-las? Essas e outras questões frequentemente aparecem em discussões no meio político, na universidade, na mídia, nos órgãos estatísticos etc.

No debate acadêmico, em particular, diversas abordagens buscam responder a essas questões. Um ponto de destaque é que, embora distintas correntes de pensamento ofereçam explicações sobre o assunto, é a partir das formulações de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) que as ciências sociais passaram a incluir a classe social e temas correlatos em suas agendas de pesquisa. Na maior parte das vezes, isso ocorreu como resposta às proposições da teoria social de Marx. Fato é que, concordando ou discordando, refutando ou reiterando, o marxismo se firma como interlocutor crucial no debate sobre a chamada estratificação social no mundo moderno.

O título deste artigo elucida seu propósito: apresentar uma síntese introdutória e panorâmica sobre a problemática das classes sociais no pensamento de Marx. O texto destina-se especialmente a leitores em busca de um primeiro contato com a temática, como estudantes de graduação e militantes recém-ingressos no movimento popular e/ou em partidos políticos da classe trabalhadora.

No desenvolvimento de nossa argumentação, busca-se, de início, recuperar a historicidade do debate sobre as classes. Desde quando se discute a distinção entre “grupos” na estrutura hierárquica de uma sociedade? De que maneira a teoria social moderna influenciou essa discussão? Para oferecer pistas à interpretação dessas perguntas, a primeira seção apresenta um panorama histórico que sintetiza algumas das principais abordagens na análise de classes. Na segunda parte do texto, o foco recai sobre a interlocução direta e sistemática com Marx. Nota-se uma diversidade no uso do conceito pelo autor; no entanto, compreender essa diversidade é difícil sem considerar a unidade que permeia sua obra. Nesse sentido, propõe-se um “caminho de volta” no plano interpretativo: a análise parte de *O Capital*, última obra de Marx, e segue até os textos da juventude, datados da década de 1840.

Para situar o debate: vias interpretativas na análise de classes

Preliminarmente, faz-se necessário “limpar o meio de campo” do ponto de vista histórico. É importante considerar que a percepção das disparidades econômicas, políticas ou culturais entre sujeitos ou “grupos” na sociedade não constitui uma novidade da Idade Moderna. Nem Marx, nem outros pensadores modernos, como Adam Smith (1723-1790) ou David Ricardo (1772-1823), foram os primeiros a abordar as classes sociais. Explicações anteriores já haviam sido desenvolvidas, em maior ou menor grau.

Na Antiguidade, por exemplo, era sabido que a organização econômico-social se estruturava a partir da diferenciação entre escravizados e homens livres, como exposto no clássico *Política*, de Aristóteles. Para o filósofo, os cidadãos não eram uniformes nem estavam em condição de igualdade jurídico-política e econômica. As sociedades desse período, como Grécia e Roma, eram marcadas por relações desiguais, em que a maioria das pessoas era considerada propriedade de uma minoria. Em civilizações do Oriente, como

a Índia, a historiografia relata a existência de um sistema de castas, hierárquico e estruturado de forma piramidal: no topo, os sacerdotes (brâmanes); nas camadas intermediárias, os militares e comerciantes (xátrias); e, na base, uma grande massa (sudras) destinada a servir às castas superiores (Hirano, 1975). Tanto as civilizações greco-romanas quanto as orientais eram fortemente influenciadas por explicações mítico-religiosas.

Na Idade Média, a obra de São Tomás de Aquino (1225-1274) destaca as diferenciações hierárquicas dentro do modo de produção feudal. Na “alta” sociedade (o Primeiro Estado), encontravam-se a aristocracia e a nobreza, enquanto, no outro extremo (o Terceiro Estado), estavam os servos, artesãos e mercadores. Entre o Primeiro e o Terceiro Estado, situavam-se o clero e o aparato militar. Até mesmo a Bíblia, em diálogo com Tomás de Aquino, pode elucidar esse argumento. Diversas passagens descrevem relações desiguais, bastando citar duas amplamente conhecidas: “[...] é mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus” (Mateus 19:24) e “Ai de vocês que fazem leis injustas, leis para explorar o povo! Vocês não defendem os direitos dos pobres nem as causas dos necessitados e exploram as viúvas e os órfãos” (Isaías 10:1-2).

Identificar como reais tais discrepâncias não implica, entretanto, considerar os fundamentos que lhes deram origem. Aliás, nenhum dos exemplos mencionados apresenta uma explicação histórica sobre a raiz das desigualdades. Em Aristóteles, Tomás de Aquino ou nos textos bíblicos, o abismo entre os “de cima” e os “de baixo”, seja legitimado ou romanticamente criticado, aparece como uma decorrência natural da vida em sociedade; todas as respostas situam-se no plano da metafísica.

Mesmo nas sociedades modernas, edificadas sob o argumento da igualdade (formal) entre os cidadãos, as desigualdades tendem a ser naturalizadas ou fabulosamente explicadas. Salvaguardadas as devidas mediações, há algum ponto em comum entre aquelas explicações a síntese que chega Adam Smith, indiscutivelmente um importante pensador moderno. Embora Smith mencione ou mesmo descreva as classes sociais - em *Um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, de 1776, ele chega a classificar as classes dos capitalistas, dos proprietários de terra e dos assalariados -, sua apreensão torna-se limitada e a-histórica ao se filiar a uma concepção essencialista da natureza humana. Ao naturalizar as categorias econômicas, Smith entende que “o homem é por natureza um ser que nasceu para viver numa sociedade mercantil” (Teixeira, 2004, p. 21), estando fadado à eterna busca pela competição, numa organização social cujo princípio mobilizador é o egoísmo.

A referência a esses parâmetros de interpretação parece oportuna para iniciar uma reflexão de natureza teórica sobre as classes sociais. Isso se deve, em parte, à atualização dessas ideias ao longo do tempo e, por outro lado, ao fato de oferecerem um marco temporal relevante para a análise. Embora desde a Antiguidade existam explicações sobre as distinções internas na sociedade (em grupos, castas, estamentos, classes etc.), é somente com a Modernidade que se desenvolvem interpretações *teóricas* sobre esse fenômeno. Tem-se nela, portanto, um marco de inflexão.

Com isso, afirma-se que apenas com a elaboração da teoria social, que incide sobre determinado ser com atributos específicos (o ser social), é possível construir explicações consistentes sobre as classes sociais. Isso só se tornou viável devido a três grandes afirmações: (i) homens e mulheres são produto de sua própria

história e atividade coletiva (base do humanismo); (ii) o caráter ontologicamente histórico da realidade, que fundamenta o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do gênero humano (princípio do historicismo concreto); e (iii) a defesa de uma racionalidade objetiva e a construção de um sistema categorial capaz de reconstruir essa processualidade (a razão dialética) (Netto, 1994).

Conforme indicado na introdução, o debate sobre as classes e/ou estratificação social é polêmico tão quanto heterogêneo nas Ciências Humanas e Sociais. Na tradição sociológica, uma elaboração influente foi a de Max Weber (1864-1920), que parte da teoria de Marx, mas a ela se opõe. Autor de obras importantes, como *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904) e *Economia e Sociedade* (1920), Weber concebe as classes sociais a partir da distribuição de poder na sociedade, enfatizando que a estrutura de classes está ligada à posição dos indivíduos no mercado e é determinada pelo acesso a bens, recursos produtivos e fontes de renda. Assim, “o fator que cria ‘classe’ é um interesse econômico claro, e na verdade, apenas os interesses ligados à existência do ‘mercado’” (Weber, 1994, p. 214). Nesse raciocínio, a situação de classe refere-se a oportunidades econômicas compartilhadas por um conjunto de agentes, influenciando sua posição social e sua capacidade de ação.

Além das classes, Weber identifica os *estamentos*, que pertencem à ordem social e se relacionam à distribuição de prestígio e honra. Diferentemente da posição de classe, que tem base econômica, a posição estamental se expressa em estilos de vida específicos e práticas de distinção, podendo, em alguns casos, transformar-se em castas (Hirano, 1975). Nessas formações, a mobilidade social é rigidamente limitada, sendo assegurada não apenas por normas e convenções, mas também por rituais específicos: “Onde as suas consequências se realizaram em toda a extensão, o estamento evolui para uma ‘casta’ fechada. As distinções estamentais são, então, asseguradas não simplesmente pelas convenções e leis, mas também pelos rituais” (Weber, 1994, p. 221).

A relação entre estrutura de classes e poder político também é objeto de reflexão da chamada “teoria das elites”, emergida no pensamento liberal-conservador italiano entre o final do século XIX e o início do século XX. Essa teoria foi desenvolvida por pensadores como Gaetano Mosca (1858-1941) e Valfredo Pareto (1848-1923). Nos esquemas conceituais de ambos, em obras como *Elementos de Ciência Política* (1896), do primeiro, ou *Tratado de Sociologia Geral*, do segundo, qualquer sociedade é dirigida por uma minoria dominante – em Mosca, a “classe política”; em Pareto, a “elite governante”. Consumidos por uma tara antidemocrática, um e outro atacavam simultaneamente o marxismo e os “fracassos” da democracia burguesa-parlamentar na experiência italiana. Nessa visão, há uma absoluta negação das contradições do movimento histórico: seus formuladores advogam a impossibilidade de edificação de uma sociedade sem o domínio “oligárquico”, eternizando o aparelho de Estado e a estrutura de classes, malgrado o Direito burguês e o burocratismo a ele inerente insistam na igualdade formal.

Uma versão mais sofisticada da “teoria das elites”, desenvolvida no segundo pós-guerra, foi apresentada pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills (1916-1962). Vinculado ao pensamento liberal, especialmente à linhagem institucionalista, Mills viveu em um contexto de contradições mais complexas do que aquelas enfrentadas por Mosca e Pareto. Além disso, teve acesso a um repertório mais amplo de obras no campo do pensamento social do que os teóricos italianos. Sua inovação chega a superar

as teorias da estratificação social predominantes na mais tradicional sociologia norte-americana. Em sua obra de maior envergadura, *A Elite do Poder* (1956), Mills analisa empiricamente a estrutura de dominação nos Estados Unidos, “[...] onde a progressiva polarização do comando do acontecer social tem como contraponto a defesa programática das liberdades individuais” (Freitas, 1987, p. 521-522). Para isso, constrói um arcabouço conceitual teoricamente mais refinado em comparação ao desenvolvido pela escola italiana.

O autor concebe a ideia de “elite do poder” como um grupo formado por “[...] homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências” (Mills, 1956, p. 12). Esses indivíduos ocupam posições de comando nos altos círculos da organização social, que, embora autônomos, estão inter-relacionados: as grandes corporações empresariais, o Estado e o aparato militar. Em sua análise, Mills demonstra que esses círculos atuam de maneira associada dentro das hierarquias fundamentais da sociedade moderna, estruturando uma institucionalidade, uma mentalidade e uma política que garantem a sua reprodução.

Como Pareto, Wright Mills também contrapõe sua noção à de “classe dominante” em Marx, considerada pelo norte-americano como determinista e ambígua. Para Mills, a abordagem marxiana compreende a *classe* como categoria econômica e o *dominante* como categoria política, tornando-se, assim, ineficaz para explicar a arena da política. Dessa forma, Mills imprime uma fratura metodológica entre economia e política sem, no entanto, ocultar sua posição ideológica, visto que, logo no primeiro capítulo de seu mencionado livro, tenta aproximar pejorativamente marxismo e nazismo².

Essa postura, embora tenha eco em setores reacionários, curiosamente não transforma Wright Mills em um reacionário. Rotulá-lo dessa forma seria impreciso e incoerente com sua obra. É necessário reconhecer que há, em seu pensamento, um conteúdo crítico à concentração do poder político. No entanto, de acordo com Martuscelli (2009), essa crítica possui limitações. Primeiramente, na incapacidade de Mills em apresentar um projeto alternativo capaz de corrigir ou confrontar as relações desiguais que ele analisa; em segundo lugar, na concepção de poder como “soma-zero”, que afirma que cada sociedade contém uma quantidade fixa de poder, constituindo um aspecto problemático em sua tese. Nessa lógica,

[...] o poder de A em um sistema é necessariamente e por definição obtido à custa de B, a crítica ao poder concentrado pela elite do poder só pode ocorrer num plano meramente quantitativo, através da exigência de redução da concentração de poder e consequente transferência de poder à opinião pública (Martuscelli, 2009, p. 256).

Além desse aspecto, há outro ponto problemático na obra de Mills relacionado à própria conceituação de elite: “[...] nela apenas se informam o modo como são tomadas as decisões mais importantes e os responsáveis por estas, nada dizendo, pois, sobre o conteúdo de tais decisões” (Boito Jr., 2019). Nesse sentido, os teóricos que seguem o legado da teoria das elites concentram-se na identificação dos atores, seus vínculos institucionais, suas escolhas e modos de agir. Seu principal objetivo é responder à questão “quem governa?”, enquanto, no marxismo, a indagação central é outra: “para quem se governa?”. É o que buscaremos demonstrar a seguir, a partir da obra de Marx.

Classes e luta de classes em Marx: teoria, história e método

As elaborações de Marx sobre as classes sociais só podem ser compreendidas considerando o conjunto de sua obra e os objetivos a ela inerentes. Ao contrário das escolas sociológicas italiana e norte-americana discutidas anteriormente, Marx não elaborou nenhum tratado específico sobre as classes. Seu projeto teórico não se restringia a isso. O modelo de tratados, tão apreciado por certas correntes das ciências sociais, não lhe parecia cientificamente consistente se desvinculado de uma realidade histórica concreta. Por esse motivo, seria inadequado propor uma interpretação de Marx sobre a problemática das classes com base em textos isolados. Da mesma forma, seria desonesto impor uma segmentação formal da obra entre textos políticos e textos econômicos para extrair uma síntese de seu debate sobre as classes, considerando que há reflexões a esse respeito tanto em textos tidos como “puramente” políticos quanto em formulações consideradas “puramente” econômicas.

Estas ponderações, relacionadas à posição de um tema específico no conjunto da obra, são úteis para indicar que comparece em Marx uma propositura de unidade histórico-analítica no que diz respeito à concepção de classes sociais, convergente à nova cientificidade construída por ele em parceria com Engels. Nas ocasiões em que Marx fez referência às classes sociais, em maior ou menor grau de abstração, é possível observar uma preocupação com a busca de determinações que melhor explicassem seu objeto de estudo (a sociedade burguesa) e, ao mesmo tempo, pudessem qualificar a intervenção política.

Por esse ângulo, considerando que o método em Marx “[...] consiste em elevar-se do abstrato ao concreto [...] para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (Marx, 1978, p. 117), seguimos a proposta expositiva de Theotônio dos Santos em *Conceito de classes sociais* (1983) e iniciamos nossa análise sobre as classes sociais em Marx a partir de sua obra última, *O capital*, na qual o autor opera em nível de abstração mais elevado, para, em seguida, estabelecer uma interlocução com elaborações anteriores, como o *Prefácio à Contribuição da Crítica da Economia Política* (1859), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1851-1852), *As lutas de classes na França* (1850), *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *A Ideologia Alemã* (1846), as duas últimas em parceria com Engels. Essas produções reúnem, no cômputo geral, reflexões econômicas, filosóficas, de análise de conjuntura e de disputa de uma dada posição política na sociedade.

O plano final de exposição de *O Capital*, de 1865-1866, tinha como objetivo problematizar as classes sociais no terceiro livro, publicado postumamente por Engels em 1894. Nesse volume, Marx aborda o processo global de produção capitalista, enfrentando questões como a transformação do mais-valor em lucro, a lei tendencial da queda da taxa de lucro, o capital de comércio de mercadorias, o capital de comércio de dinheiro, o capital portador de juros e as modalidades de rendimento. Sobre esta última (formas de rendimento), Marx (2011) menciona a existência de uma fórmula trinitária, “[...] na qual estão contidos todos os segredos do processo de produção social”, composta por “capital-lucro (lucro empresarial mais juros), terra-renda fundiária e trabalho assalariado” (p. 877).

Poucas páginas após esse trecho ele inicia um capítulo intitulado “As Classes”, não finalizado e bruscamente interrompido. No pouco do que consta nesse trecho de poucos parágrafos, é verdade que há

informações e pistas importantes. Contudo, sua referência é oportuna a fim de evitar dois equívocos: primeiro, o de buscar em um trecho de uma ou duas laudas o termômetro para a concepção marxiana de classes sociais; segundo, limitar ao referido capítulo a análise de classes em *O capital*, pois os livros I, II, III e mesmo o conjunto de observações reunidas nas Teorias da mais-valia lançam luz sobre a análise de classes à medida em que desvelam fundamentos gerais de um determinado modo de produção. Ou seja, o estudo das classes em *O capital* “[...] converte-se em síntese explicativa da sociabilidade capitalista, só podendo ser compreendido após a exposição da essência (livro I) e do conjunto da aparência (livro II) da produção” (Oliveira, 2005, p. 04).

No prólogo à primeira edição do livro I d’*O Capital*, Marx faz uma referência explícita às classes sociais, afirmando que “as figuras do capitalista e do proprietário de terras não aparecem pintadas, nem muito menos cor-de-rosa. Mas note-se: aqui só nos referimos às pessoas enquanto personificações de categorias econômicas, como representantes de determinados interesses e relações de classe.” Essa passagem evidencia que sua análise não se concentra em indivíduos isolados, mas nas relações estruturais que determinam as relações de classe. Assim, ao examinar os processos fundamentais do capitalismo, Marx revela a centralidade das classes sociais. A lei geral da acumulação capitalista, por exemplo, só pode ser compreendida a partir da caracterização classista da superpopulação relativa. Da mesma forma, a análise da chamada acumulação primitiva exige a consideração dos sujeitos expropriados no campo, das legislações sanguinárias e dos processos de saque e escravização. Além disso, a explicação da mercadoria e de seu “segredo” está indissociavelmente ligada às relações entre proprietários e não-proprietários. Em toda a obra, Marx não apenas expõe a lógica do capitalismo, mas demonstra como suas relações sociais fundamentam a existência de classes antagônicas.

Mas ainda em atenção ao capítulo inconcluso, ao esboçar um apanhado sobre a determinação das classes sociais no modo de produção capitalista, diz Marx:

os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista. (Marx, 2011, p. 947-948).

Nos parágrafos seguintes, nosso autor menciona a complexidade da classificação de outros setores, como médicos e funcionários do aparelho de Estado, e destaca uma advertência crucial, segundo a qual apenas “à primeira vista” (p. 948) uma classe, qualquer que seja, pode ser determinada com referência nas modalidades de rendimento. Essa afirmação está diretamente relacionada ao debate de Marx com a economia política clássica, cuja naturalização das categorias econômicas impunha uma desistoricização das relações de classe. A correspondência classe-rendimento³, já indicada por Smith, apenas no plano aparente seria capaz de explicar dimensões da realidade, pois essa compreende determinações histórico-sociais, políticas e econômicas que ultrapassam a simples delimitação por rendimentos.

Marx chegou a essa conclusão impulsionado por uma pergunta crucial: “o que é uma classe?” (id., p. 947). Sua maturidade teórica e política durante a redação d’*O Capital* levou-o a reconhecer que a análise

das classes é essencial para a compreensão das tendências concretas do desenvolvimento da sociedade burguesa. Para ele, a investigação geral das classes, quando conduzida em um nível mais elevado de abstração, resulta na compreensão das leis fundamentais que estruturam e dinamizam o modo de produção dominante. Isso nos oferece uma **primeira afirmação** de síntese: em Marx, as classes sociais são um objeto de estudo constante, e suas tendências só podem ser plenamente compreendidas, em um nível mais elevado de abstração, quando conectadas aos elementos que caracterizam um determinado modo de produção.

Com isso, é crucial destacar que o trecho d'*O capital* menciona a existência de três grandes classes sociais. Ao propor esta síntese, Marx está a observar particularmente a realidade econômico-social da Inglaterra, “[...] onde mais desenvolvida encontramos e na forma mais clássica a sociedade moderna, em sua estrutura econômica”, mas que nem mesmo nela “se apresenta em toda sua pureza esta divisão da sociedade em classes” (Marx, 2011, p. 947). Ele prossegue: “Também na sociedade inglesa existem fases intermediárias e de transição que obscurecem em todas as partes [...] as linhas divisórias” (id., ibid.).

Mesmo no núcleo mais avançado do capitalismo no século XIX, a divisão de classes não era capturada em toda a sua “pureza”. Considerando o desenvolvimento histórico desigual, elucidado pelo autor nos *Grundrisse* e em *Formações econômicas pré-capitalistas*, não há modo de produção em estado puro.

Essa afirmação pode ser estendida às classes. Ou seja, categorias como modo de produção e classes sociais são altamente abstratas e só podem ser compreendidas de maneira mais aprofundada no estudo de uma formação social concreta em um quadro histórico específico. Aqui reside uma posição do ponto de vista histórico: nota-se uma preocupação primordial com a historicidade inerente ao desenvolvimento de formações sociais concretas, cuja evolução comporta “toda a miscelânea dos tipos das relações sociais e econômicas” (Bukharin, 1933, s/p).

Essa preocupação teórico-metodológica nos conduz a uma **segunda afirmação**: ainda que, em um nível mais elevado de abstração, um modo de produção comporte duas classes sociais fundamentais, as formações sociais concretas apresentam uma complexidade e heterogeneidade muito maiores. Isso fica evidente em textos de Marx considerados históricos ou políticos, como *O 18 de brumário...*, *Luta de classes em França* e o *Manifesto...*. Nos dois primeiros, o esforço reside em desvendar a conjuntura francesa, oferecendo não apenas uma interpretação, mas também apresentando possibilidades de intervenção política ou fazendo um balanço delas. Quanto ao *Manifesto...*, redigido em parceria com Engels e resultado do amplo debate travado pelo movimento comunista da época, representa um documento programático. Nele, há uma síntese teórica dos traços históricos que caracterizam a sociedade burguesa e, simultaneamente, propõe a transformação radical por meio da ação organizada capaz de fazer brotar um novo projeto societário.

Destacamos esses três textos porque o período que se estende de 1848 (ano de publicação do *Manifesto...*) a 1852 (ano de publicação d'*O 18 de Brumário*) assume uma importância fundamental na elaboração marxiana sobre o tema abordado neste artigo. Esse período, conhecido como “Primavera dos Povos”, marca um ponto de inflexão na história da sociedade moderna. O ano de 1848, em particular, instaura contradições e processos político-organizativos novos, pois introduziu na cena sociopolítica, por um lado, a consolidação da burguesia como classe dominante e, por outro, o proletariado, “uma classe que, a partir desses confrontos, pode ascender à consciência de seus interesses específicos”, viabilizando ainda a

“emergência de um projeto sociopolítico autônomo”. Mais precisamente, o ambiente da revolução de 1848 “propiciou a autopercepção classista do proletariado” (Netto, 1998, p. 07).

Marx e Engels, tendo participado ativamente desse processo, nele formaram-se teórica e politicamente⁴. Essa participação resultou em saltos qualitativos extraordinários, pois combinou a experiência concreta possibilitada pela luta política à herança teórico-cultural reivindicada por eles. Apresentado o significado de 1848, consideravelmente tratado pela literatura marxista, convém agora justificar por que três livros do período 1848-1852 são importantes em nosso debate.

Alguns analistas referem-se à concepção de Marx sobre as classes como limitada, pois estaria restrita à relação proprietários/não-proprietários, isto é, circunscrita à economia. Essa leitura é despida de fundamento e sua propagação não dimana de fonte única. Diferentes correntes, marxistas e não-marxistas, à esquerda ou à direita, por diferentes razões, incorreram nesse equívoco.

O *18 de brumário...*, por exemplo, que dá prosseguimento às formulações contidas em *As Lutas de classes na França*⁵, apresenta um esforço denso, rigoroso da análise concreta de uma situação concreta (justamente o período aberto pelas Revoluções de 1848) que articula elementos sociais, políticos e econômicos aderentes às particularidades históricas da formação social francesa. Marx utiliza a França como um “laboratório” e, ao estudá-la, constrói uma exposição detalhada da estrutura de classes naquele país. Sua ênfase recai sobre os elementos da contradição e da política como a arena na qual as lutas de classes se manifestam. Ele aborda um conjunto de questões, desvelando os mitos das Constituições republicano-burguesas, problematizando a noção de “liberdade” cujos limites, neste modo de produção, estão circunscritos à segurança pública e à propriedade privada. Além disso, expõe as armas que podem ser utilizadas pela burguesia, incluindo as ideológicas, abordadas sob outro ponto de vista pela historiografia liberal.

No que diz respeito à análise de classes n’O *18 de brumário...* há uma referência às três classes mencionadas no trecho do livro III de O Capital, mas a abordagem de Marx está longe de se limitar a elas. No exame dessa obra, podemos identificar pelo menos as seguintes classes e frações de classe na cena política francesa: a aristocracia fundiária, a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a burguesia comercial, o operariado, a pequena burguesia e o campesinato. Entre essas classes, havia conflitos de interesses econômicos, e suas organizações políticas se distribuíam em partidos e tendências com distintas plataformas e propostas de desfecho para a conjuntura. Para ilustrar, enquanto a pequena burguesia, organizada no partido social-democrata, defendia a instalação de uma república democrática, o campesinato, convencido pelo bonapartismo, apoiava a restauração da monarquia. Algumas frações da burguesia defendiam a república parlamentar, enquanto outras sustentavam a monarquia como alternativa política (Marx, 2011; Boito Jr., 2002). O que se pretende enfatizar é que essa elaboração representa um trabalho científico perspicaz que, ao articular economia e política, ilumina a dinâmica das classes e frações de classe em um determinado estágio ou período de desenvolvimento de uma formação social concreta.

Em parte, essa síntese já se apresenta em um texto de quatro anos antes, o *Manifesto...*, no qual, embora definam burguesia e proletariado como as duas classes sociais fundamentais da sociedade burguesa, não deixam de mencionar a existência de outras classes e/ou frações. No capítulo “Burgueses e Proletários”,

por exemplo, indicam a existência das classes médias, que compreendem “[...] o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o camponês” (Marx, 2008, p. 25); referem-se ainda à burguesia comercial e à aristocracia rural em suas relações com a burguesia industrial; caracterizam politicamente a parcela do lumpemproletariado. Tudo isso, ao fim e ao cabo, com o objetivo de apresentar variações da caracterização das classes. Ainda que o *Manifesto...* enfatize a tendência de polarização entre as classes fundamentais, é preciso reconhecer que, especialmente desde a segunda metade do século XIX, assiste-se à “[...] constituição de uma estrutura de classes que comporta inúmeras gradações entre seus polos, [...] a complexidade e a diferenciação crescentes dos interesses dos grupos sociais” (Netto, 1998, p. 35).

Na perspectiva aqui assumida, cada classe ou fração de classe configura-se como tal por possuir características próprias não somente em termos econômicos, mas também políticos. De fato, há uma distinção entre proprietários/não-proprietários. No entanto, o conteúdo analítico em muito a ultrapassa, pois incorpora elementos de outras ordens, como a subjetiva, relacionada à consciência de classe.

Portanto, é possível argumentar que em formações sociais concretas, além das duas ou três classes fundamentais, existem outras classes, ora intermediárias entre as fundamentais, ora características de períodos de transição. Mesmo as classes fundamentais, como demonstra Marx, não correspondem a um todo homogêneo. Todas as classes sociais possuem fissuras internas, e cada fissura tem uma natureza distinta.

Ao examinar rapidamente as classes sociais deste modo de produção, no caso da burguesia, podemos admitir que o que confere unidade às suas diferentes frações é a reprodução ampliada do capital e a exploração dos trabalhadores. Em circunstâncias históricas nas quais as exigências dessa classe não estão ameaçadas, suas frações podem se confrontar em relação às políticas econômicas, organizar-se em entidades corporativas e partidos distintos (Buonicore, 2016, p. 02).

O proletariado e, mais amplamente, as classes trabalhadoras assalariadas, também apresentam uma estrutura interna heterogênea, composta por diferentes frações e camadas. A análise marxiana da França no final dos anos 1840 já evidenciava essa diversidade, que se manifesta tanto nas condições materiais de vida e trabalho quanto nas formas de organização e consciência política dessas classes. Essa complexidade se intensificou ao longo do desenvolvimento do capitalismo, tornando-se ainda mais pronunciada na contemporaneidade, com novas segmentações do trabalho e do capital, reconfigurações das relações produtivas e transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela mundialização capitalista.

Diante desse cenário, a análise das classes sociais deve considerar não apenas as determinações estruturais que definem suas posições fundamentais no modo de produção, mas também os processos históricos concretos que moldam suas especificidades e dinâmicas internas. Isso implica reconhecer as múltiplas formas de exploração e dominação que atravessam a classe trabalhadora, bem como suas diversas estratégias de resistência e organização ao longo do tempo.

Em suma, *O 18 de brumário...*, *As lutas de classes na França* e o *Manifesto...* devem ser entendidos como uma rica fonte para a elaboração de uma síntese marxiana sobre a problemática das classes sociais. Por meio dessas obras torna-se possível sistematizar elementos que revelam uma das dimensões “conceituais” do que seja uma classe no pensamento de Marx: um agrupamento da sociedade que estende seus interesses em

escala nacional e cuja existência se estende à luta política (Sader, 2014); classe, portanto, “[...] como algo potencial, que se constitui na luta [...] e em condições históricas particulares” (Boito Jr., 2001, p. 49).

Reunidos esses elementos, podemos sintetizar uma **terceira afirmação**: em Marx, as classes sociais constituem um fenômeno histórico sobre o qual atuam dinâmicas determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas. Suas elaborações a este respeito não abrem margem para interpretações unifatoriais, sejam elas economicistas ou politicistas.

Essa terceira afirmação, entretanto, somente se sustenta teórica e historicamente sob o amparo da concepção de luta de classes. Sobre a combinação classes/luta de classes nas elaborações de Marx e Engels, já n’*A Ideologia Alemã*, de 1845-1846, comparece uma interpretação interessante. Nas palavras dos autores:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela (Marx; Engels, 1986, p. 84).

Aqui, podemos observar, em um texto anterior a todos os outros até aqui apresentados, que a relação de oposição entre uma classe e outra já está fortemente influenciada pela concepção de luta entre interesses substancialmente contrapostos⁶. Essa conclusão lhes pareceu de tal envergadura que, não à toa, asseguram logo nos primeiros parágrafos do *Manifesto...* que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2008, p. 08). Embora não estivessem criando um termo novo (o conceito de luta de classes, ao que tudo indica, originou-se no pensamento liberal-conservador francês), Marx e Engels atribuíram-lhe ali uma nova significação cuja potência, somada à lei do valor-trabalho e à teoria da revolução, viria a constituir o núcleo do que de mais avançado a teoria social moderna produziu.

Em carta de 1852 endereçada a Joseph Weydemeyer, jornalista e durante um período dirigente da Liga dos Comunistas em Frankfurt, Marx escreve o seguinte:

Não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou mesmo a luta entre elas. Muito antes de mim alguns historiadores burgueses tinham exposto o seu desenvolvimento histórico e alguns economistas a anatomia dessas classes. O que fiz de novo foi mostrar: 1º) que a existência das classes está ligada apenas a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2º) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que a ditadura do proletariado constitui tão somente a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (apud Buonicore, 2009, p. 4-5).

A síntese do próprio Marx leva-nos a mais duas assertivas de síntese.

Quarta afirmação: a obra marxiana concebe as relações de classe como indivorciáveis da concepção de luta de classes. Pouco importa que Marx não tenha sido o primeiro a falar em classes ou lutas de classes. Mais relevante é que ele e Engels, de maneira criativa e original, inauguraram uma concepção científica que coloca as relações de classe no centro da análise histórica, contrariando não apenas o pensamento social acumulado até então, mas também instaurando uma visão atualíssima, quase dois séculos

depois. A classe, nesse sentido, só se torna classe no interior da luta de classes. Nas palavras de Theotônio dos Santos, “o conceito de classes sociais se constitui teoricamente dentro do conceito de luta de classes. A luta de classes é, pois, o conceito-chave para se compreender as classes sociais” (Santos, 1983, p. 19).

Também por meio do trecho da carta a Weydemeyer, arriscamos uma **quinta afirmação**, que encontra respaldo em todas as obras de Marx anteriormente citadas: a relação classes-luta de classes está organicamente associada à teoria da revolução em Marx. Esta, por sua vez, resulta de uma complexa compreensão de como o modo de produção capitalista, no curso de seu desenvolvimento, origina contradições que tornam possível a intervenção das classes no terreno da política, sendo a revolução entendida como uma possibilidade histórica, um devir, um projeto.

Nossa aproximação inicial à localização da problemática das classes em Marx permite-nos, por enquanto, chegar às cinco afirmações aqui sumariamente apresentadas. Um elemento em comum a todas elas é o de que na obra de Marx o debate conceitual relativo às classes sociais opera “[...] em vários níveis de análise dependentes entre si” (Santos, 1983, p. 17) e entre os quais há uma relação de unidade histórico-analítica. Tais níveis, por sua vez, compreendem diferentes graus de abstração, tendo em vista que podem ser analisados em dimensões distintas (porém correlatas) como o modo de produção, a formação econômico-social ou uma conjuntura específica.

Diante do exposto, argumentamos que a obra marxiana, incluindo as parcerias com Engels, legaram ao pensamento social moderno elaborações fundamentais ao enfrentamento da problemática das classes sociais. Mais que isso, a teoria social por eles desenvolvida fornece, tanto do ponto de vista da análise histórica quanto contemporânea, bases sem as quais não se pode apreender a fundo o movimento das classes no modo de produção capitalista. Em outras palavras, o materialismo histórico-dialético toma a questão das classes como parte basilar para a compreensão dos fundamentos histórico-sociais, portanto objetivos, da sociedade por eles investigada.

Considerações finais

Neste texto, buscamos apresentar, de forma panorâmica e introdutória, uma reflexão sobre a análise de classes em Marx, oferecendo um convite à discussão de categorias e conceitos cruciais à sua teoria social. A análise de classe em Marx, tal como desenvolvida em suas obras, é complexa, multifacetada e insere-se diretamente nas transformações históricas e sociais do modo de produção capitalista.

A partir de nossa leitura, recuperamos cinco afirmações fundamentais que estruturam a compreensão marxiana das classes sociais:

1. Em Marx, as classes sociais são um objeto de estudo constante, e suas tendências só podem ser plenamente compreendidas, em um nível mais elevado de abstração, quando conectadas aos elementos que caracterizam um determinado modo de produção;

2. Ainda que, em um nível mais elevado de abstração, um modo de produção comporte duas classes sociais fundamentais, as formações sociais concretas apresentam uma complexidade e heterogeneidade muito maiores;
3. Em Marx, as classes sociais constituem um fenômeno histórico multifacetado, que compreende determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas;
4. A obra marxiana concebe as relações de classe como indissociáveis da concepção de luta de classes;
5. A relação classes-luta de classes está organicamente associada à teoria da revolução em Marx.

Recuperando o que foi apresentado, é possível perceber que, apesar de outras sínteses serem possíveis e necessárias, estas cinco afirmações sintetizam aspectos essenciais da análise de classe na obra de Marx. Essa tarefa de sistematização é coletiva e abre caminho para novas discussões, considerando a riqueza do pensamento marxiano.

É importante ressaltar que este texto não teve como objetivo aprofundar-se no debate sobre a análise das classes dentro da tradição marxista, especialmente nas contribuições de autores como Lenin, Poulantzas, Gramsci e Thompson, cujas reflexões sobre as classes sociais e a luta de classes são essenciais, mas que não são objeto de nosso debate nesta ocasião. Nosso intuito foi apresentar uma introdução que recupera os elementos gerais da análise de classe em Marx, com ênfase na sua teoria social, convidando o leitor a seguir adiante na compreensão e discussão desses conceitos. Esse é apenas um ponto de partida para uma reflexão mais ampla e profunda sobre as classes sociais, sua dinâmica e as implicações políticas e econômicas dessa análise.

Por fim, a análise das classes sociais é um tema de grande atualidade. Em um mundo marcado por um crescente conjunto de desigualdades econômicas, sociais e políticas, compreender as dinâmicas de classe continua sendo fundamental para descortinar as estruturas de poder e os processos de acumulação, dominação, exploração e expropriação em curso.

Referências:

Boito Jr., Armando. Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista. In: Boito Jr., Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

Boito Jr., Armando. Classe Social: teoria, história e política, 06/2001, **Revista Debate Sindical**, Vol. 1, Fac. 38, p.48-51.

Bukharin, Nicolai. **Tratado de materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Centro do Livro Brasileiro, 1993.

Buonicore, Augusto. **Linhas vermelhas: marxismo e os caminhos da revolução**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

Hirano, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Iasi, Mauro. **Classe e consciência de classe no Brasil: contestação e amoldamento**. Anais da Anpocs, São Paulo, 2008.

Mills, Wirght. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Martustcelli, Danilo Enrico. Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites. **Revista Outubro**, n. 18, jul. 2009.

Marx, Karl. **O dezoito de brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Marx, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Marx, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2011.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Netto, José. Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

Netto, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 44, abr. 1994.

Teixeira, Francisco. **Trabalho e valor**: contribuição à crítica da razão econômica. São Paulo: Cortez, 2004.

Rosdolsky, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Sader, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Santos, Theotônio dos. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1983.

Weber, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

¹ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Agricultura & Sociedade (GEPAS/UFAL/CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6304680071717288>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1297-2224>. E-mail: lucasbezerra.1917@gmail.com.

² “No marxismo vulgar, os acontecimentos e tendências são explicados pela referência à ‘conspiração da burguesia’; no nazismo, pela referência à ‘conspiração dos judeus’” (Mills, 1981, p. 05)

³ Uma ilustração contemporânea acerca da correlação classe-rendimento pode ser observada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que categoriza as classes com base no salário-mínimo. No ápice da pirâmide está a classe A, constituída por indivíduos que auferem mais de quinze salários-mínimos, enquanto na base da pirâmide encontra-se a classe E, composta por aqueles que recebem até um salário-mínimo.

⁴ Esta inserção tem em 1844 um ponto de arranque, pois datam desse ano os primeiros contatos por meio de cartas e reuniões entre Marx, Engels e os setores mais avançados do movimento operário naquele período: o cartismo inglês, a Liga dos Justos, os tecelões silesianos e as sociedades secretas de Paris (Löwy, 2002).

⁵ Conjunto de artigos publicados na *Nova Gazeta Renana*.

⁶ Apreender esta afirmação exige considerar o período em que Marx a elabora, pois em muito se relaciona às concepções de classe-em-si e classe-para-si, presentes em *A sagrada família*, e cuja explicação pode, grosso modo, ser explicada da seguinte forma: a classe-em-si diz respeito à existência objetiva da classe; enquanto a classe-para-si corresponde à consciência de pertencimento à uma classe e que, por esta razão, assume protagonismo histórico com autonomia independentemente de um projeto revolucionário (Iasi, 2008).

Recebido em: 06 de fev. 2025

Aprovado em: 19 de set. 2025